PUC Minas

ConjunturaInternacional

Ano 8 • nº 11 • 17 a 30/09/2011• ISSN1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Resenha

17/09/2011 – "Adam Smith em Pequim", por Giovanni Arrighi p.01

Em seu último livro, *Adam Smith em Pequim* (Boitempo, 2008), Giovanni Arrighi faz uma completa investigação acerca do fenômeno do crescimento chinês, analisando as implicações para o antigo epicentro da economia política mundial, em especial para o domínio estadunidense. Ao longo do texto, Arrighi incorpora elementos de vários teóricos clássicos referentes à economia mundial, contestando e aplicando aspectos cruciais para um entendimento do papel da China na constituição do poder econômico contemporâneo.

Análises

17/09/2011 – A União Africana e o recente caso Líbio p.08

Como a União Africana é organizada e como atua perante conflitos e divergências domésticas dos Estados africanos e o caso líbio. As semelhanças e divergências da predecessora Organização da Unidade Africana e o futuro da Instituição.

17/09/2011 – Os símbolos de uma integração: Schengen em perigo?.....p.11

A chamada primavera árabe fez com que o fluxo de migração entre o Norte da África e a Europa aumentasse substancialmente. Em meio a esse fluxo constante, Itália e França protagonizaram um episódio que pode por em risco um dos maiores símbolos da integração europeia: sua fronteira livre. A chamada Zona de Schengen está sendo repensada e analistas afirmam que acabar com ela é matar a ideia de Europa.

“Adam Smith em Pequim”, por Giovanni Arrighi

Resenha
Marina Scotelaro de Castro
Rodrigo Correa Teixeira
17 de Setembro de 2011

Em seu último livro, *Adam Smith em Pequim* (Boitempo, 2008), Giovanni Arrighi faz uma completa investigação acerca do fenômeno do crescimento chinês, analisando as implicações para o antigo epicentro da economia política mundial, em especial para o domínio estadunidense. Ao longo do texto, Arrighi incorpora elementos de vários teóricos clássicos referentes à economia mundial, contestando e aplicando aspectos cruciais para um entendimento do papel da China na constituição do poder econômico contemporâneo.

O livro “Adam Smith em Pequim”, de Giovanni Arrighi[1] (2008) aborda o fenômeno do desenvolvimento chinês e como os Estados Unidos vêm tentando lidar e conter a sua expansão, nos colocando a par do crescimento econômico da China desde a década de 1990. A análise que o autor faz sobre os caminhos que vêm sido traçados pela China é complexa, sendo um minucioso estudo das causas e consequências do crescimento na China. Ele prevê ameaças de enfrentamentos futuros, a decadência da hegemonia dos Estados Unidos e a criação de uma nova ordem internacional.

A obra possui dois grandes objetivos, sendo o primeiro deles demostrar e explicar a transferência do epicentro da economia política mundial da América do Norte para a Ásia oriental, fazendo isso através da teoria de desenvolvimento econômico de Adam Smith[2]. O segundo objetivo foi realizar uma releitura do clássico “A riqueza das nações” a partir dessa transferência.

O maior poderio econômico, militar e político ainda são dos Estados Unidos, segundo Arrighi. Porém, estes não possuem mais a hegemonia, no sentido de os outros membros do sistema internacional acreditarem que estão agindo em prol do interesse geral.

O livro é dividido em quatro partes. Na primeira parte o autor expõe suas idéias, colocando a teoria de Adam Smith na tentativa de explicar as diferenças da economia mundial. Arrighi compara a teoria de desenvolvimento econômico de Smith com a teoria de desenvolvimento econômico de Karl Marx[3] e Joseph

[1] Giovanni Arrigh (1937-2009), doutor em Economia e catedrático de Sociologia pela Universidade de Estadual de Nova York, atuava no campo da economia, política, sociologia, sendo um expoente na análise do sistema mundial. Suas últimas obras (O Longo Século XX, Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial e Adam Smith em Pequim) discutiram essencialmente uma analise sobre o capitalista sob uma perspectiva histórico-mundial.

[2] Adam Smith, economista e filósofo, considerado o pai da economia moderna, foi importante teórico do liberalismo econômico. Sua obra de maior influência, A Riqueza das Nações, comporta a conhecida expressão “a mão invisível do mercado”, que faz referência a atuação livre do mercado pelos agentes econômicos que chegariam a uma situação de eficiência.

[3] Karl Marx, intelectual e revolucionário alemão do século XIX, tem como sua principal obra O Capital. Junto com Friedrich Engels, deu origem a escola de pensamento marxista, que postula uma crítica radical à estrutura das sociedades capitalistas, valendo-se de um método histórico-

Schumpeter[4]. Partindo para a segunda parte, vê-se a perspectiva smithiana ampliada para explicar a turbulência na economia global, começando pela origem dessa turbulência, da primeira crise econômica nos Estados Unidos, acumulação excessiva de capital, entre outros assuntos relacionados. Na terceira parte o autor faz uma análise sobre o Projeto para o Novo Século Americano desenvolvido pelo governo Bush. Na quarta e última parte são postas a dinâmica da ascensão da China e as dificuldades de dominação dos Estados Unidos sobre a China.

Primeira parte: Adam Smith e a nova época asiática

O livro inicia suas considerações falando sobre a ascensão econômica chinesa nos últimos anos, bem como de seu dinamismo, da significativa expansão do leste asiático e da mudança da força de trabalho, com o êxodo da mão-de-obra do campo para a cidade. O autor ressalta o fato de que quando uma economia de mercado (quando os agentes econômicos atuam no mercado sem intervenções governamentais na regulação na produção) é criada ela se torna "elitista", afastada de um espírito socialista de justiça e de responsabilidade social.

Nesta parte, o autor tenta responder algumas questões a respeito da revolução "industriosa" (correspondente da Revolução Industrial) no oriente: se é parte das dinâmicas smithianas ou experiências distintas, qual o limite da Ásia Oriental e os limites do caminho da mão-de-obra, dentre outras.

A divisão de trabalho, origem da propriedade privada da terra, aumento do controle sobre a natureza, liberdade econômica e segurança social, segundo Joseph Schumpeter, são elementos essenciais para a constituição da sociologia econômica de Adam Smith.

Schumpeter separa o "estático" e "dinâmico", sendo que o aumento de capital e populacional é visto como dinâmico e as mudanças na técnica e na organização produtiva são elementos estáticos. Para Schumpeter "a deficiência da teoria econômica tem relação com dois tipos diferentes de desenvolvimento econômico baseado no mercado. Um tipo é aquele que acontece dentro do arcabouço social: aproveita o potencial oculto do crescimento econômico desse arcabouço, mas não altera de modo fundamental o arcabouço. Pode ocorrer aumento ou redução do crescimento econômico (p.56)". Não só Smith vê a China do fim do período imperial como exemplo de desenvolvimento em base no mercado, como era também que ela tinha avançado quase até onde podia chegar aquele desenvolvimento. Para Smith a China, e não a Europa, tinha o modelo mais aconselhável de desenvolvimento econômico pela diferença em integração da mão de obra ao incremento do processo produtivo, e não de fatores não humanos no desenvolvimento do mesmo.

Como Smith considerava o modelo Europeu menos favorável por ser "antinatural" ele considerava o modelo da China como o mais favorável por conta do caminho "natural" de desenvolvimento. Para Smith o desenvolvimento econômico ocorria não em um único caminho, mais em dois: o "antinatural" ou baseado no comércio externo, no caso europeu e o caminho "natural" baseado no comércio interno, típico da China. Considerando que os dois caminhos levam a um estado estacionário.

A China não adquiriu o desenvolvimento igual ao da Inglaterra, por exemplo, devido o processo de desenvolvimento de

materialista dialético.

[4] Joseph Schumpeter foi um dos grandes economistas do começo do século XX, entusiasta da integração do campo da Sociologia com as teorias econômicas. Dentre suas obras podemos citar a Teoria do Desenvolvimento Econômico, Ciclos Econômicos e Historia da Análise Econômica.

mercado, até o século XVII, quando havia na China grandes fazendas, cuja base era o trabalho assalariado, mas que viu também sua subsequente substituição pela produção doméstica em pequena escala.

Segunda parte: Rastreamento da turbulência global

O autor analisa longos períodos de turbulência global (dois períodos especificamente, a dizer, o final do século XIX e final do século XX), comparando-os na tentativa de apontar os elementos novos e anômalos na turbulência vivida desde a década de 1970.

Arrighi lança mão da crítica que Robert Brenner[5] faz as teorias que descrevem as crises capitalistas, em que a mão-de-obra seria responsável por encurtar os lucros, diminuindo o poder da acumulação. Brenner reconhece que esse foi um dos fatores, mas não o único nem o principal. Algumas razões são discutidas com o objetivo de mostrar que isso não foi responsável pela diminuição do lucro[6].

Complementando a discussão de Brenner, Arrighi apresenta as ideias de Robert Wade[7], como o mesmo percebe os elementos que impulsionaram a expansão econômica da Ásia Oriental nas décadas de 1970 e 1980. Os mesmos mecanismos que geraram a turbulência global contribuíram também para tal expansão, sendo que o desenvolvimento econômico desigual relatado várias vezes por Brenner é ponto importante.

Na tentativa de argumentar sobre o posicionamento dos Estados na distribuição de poder internacional, Arrighi discute conceitos que elucidam noções de dominação e influencia. Para tanto, descreve o conceito de hegemonia, utilizando a definição de Antonio Gramsci[8], na qual hegemonia "é poder adicional que advém a um grupo dominante em virtude de sua capacidade de guiar a sociedade numa direção que não só serve aos interesses mais gerais" (p.159). Nesse tipo de hegemonia não se envolve a força, mas a passividade, uma vez que com os governantes agindo para o interesse geral, o povo não entra em conflito com o governo. Quando é falha, pode-se entrar no campo da dominação, o que é definido por Ramachandra Guha[9] de "domínio sem hegemonia".

A liderança de um Estado sobre outro é ponte importante no contexto da hegemonia. O interesse geral do sistema como um todo é concentrado no coletivo, e no distributivo. A diferença entre poder coletivo e distributivo é visto por Arrighi da seguinte maneira: o poder distributivo refere-se numa relação de soma zero, no qual apenas um participante ganha poder. No coletivo refere-se uma relação de jogo de soma positiva, no qual o poder sobre o país dominante aumenta sobre terceiros ou sobre a natureza.

[5] Robert Brenner, historiador estadunidense e estudioso da economia global no pós-II Guerra.

[6] Dentre algumas razões são citados "a pressão vertical sobre o capital vindo de baixo, ou seja, do trabalho, não poderia então provocar, nem provocou, o arrocho dos lucros, generalizado no espaço e prolongado no tempo, que está por trás da longa retração. Somente a pressão horizontal da competição entre capitalistas conseguiria isso" (p. 132).

[7] Robert Wade é professor de economia política e desenvolvimento da London School of Economics e é reconhecido pela sua significativa contribuição para a teoria econômica contemporânea que tem como foco sociedades sustentáveis.

[8] Antonio Gramsci, cientista político italiano do inicio do século XX, ampliou as noções marxistas clássicas para uma perspectiva mais política, além de redefinir o papel dos Estados na luta de classes e também de incorporar conceitos que deram as classes subalternas um poder ativo na transformação das sociedades. Sua principal obra, publicada postumamente, é uma coletânea de escritos produzidos na época em que fora preso na Itália, na década de 1920, intitulada Cadernos do Cárcere.

[9] Ramachandra Guha é um pesquisador indiano que leciona Historia e Assuntos Internacionais na London School of Economics, tendo como focos de pesquisa áreas referentes ao social, política e também análises críticas da história.

Arrighi diferencia as crises hegemônicas nessa parte. Também discute os problemas que acabaram resolvidos em um período longo e colocados como crise sinalizadora e aqueles que marcaram o fim da hegemonia estadunidense.

Terceira parte: A hegemonia desvendada

Arrighi discute a utilização das palavras imperialismo e império, que voltaram à moda na virada do século XXI. O que no fim do século XX era a globalização, mas não era visível como o antigo imperialismo, pode-se afirmar que era um imperialismo sutil.

O 11 de setembro de 2001 foi o elemento que deu origem ao novo imperialismo com o Projeto para o Novo Século Norte-Americano. Para Arrighi existe uma semelhança entre esse reflexo e certas ações anteriores.

Um dos pontos é a Grande Depressão de 1930 e o fascismo na Europa e no Japão, que convenceram o presidente Roosevelt de que a *pax* americana traria segurança e prosperidade. No entanto seria difícil enfrentar as correntes não-intervencionistas da política externa enquanto o povo estadunidense acreditasse em toda segurança. Os Estados Unidos precisavam amedrontar o seu povo, como menciona Arrighi, já que ameaçados eram mais fáceis de ser manipulados.

Arrighi mostra que Franz Schurmann[10] acreditava que, para que a idéia de Roosevelt desse certo, deveria emanar de uma instituição menos esotérica do que o sistema monetário internacional e menos rude do que o conjunto de alianças ou bases militares. Roosevelt via em uma instituição de governo mundial, representada por uma organização como a ONU, o principal instrumento para levar o *New Deal* ao mundo como um todo, mas suas ideologias foram substituídas pelo realismo reformista de seus sucessores, que institucionalizaram o controle estadunidense do dinheiro mundial e o poder militar global como principais instrumentos de hegemonia dos Estados Unidos.

Como mostra Arrighi, "embora a visão de Roosevelt de mundo único e New Deal global nunca tenha se concretizado, a versão em ponto menor e militarização de Truman na Guerra Fria resultou uma grandiosa expansão do capital e do poder norte-americano" (p.262).

A segunda semelhança então é que, após a Segunda Guerra Mundial, o governo aterrorizou a população com a idéia do comunismo, servindo para conquistar o apoio do Congresso ao Plano Marshall. Após o 11 de setembro de 2011, o governo Bush novamente amedrontou o povo estadunidense com a idéia de terrorismo, conseguindo apoio para a invasão do Iraque.

Todos esses acontecimentos ajudam a desvendar o Projeto Imperial neoconservador e a transformação da hegemonia estadunidense, baseada na idéia de Guha sobre dominação sem hegemonia. Arrighi elabora suas idéias sobre o duplo fracasso do Vietnã, indo então mencionar e descrever o fracasso do Projeto Imperial de combate ao declínio econômico dos Estados Unidos e termina indicando que as consequências de tudo isso seria a recentralização da economia global na Ásia Oriental e dentro desta, na China.

A partir desse ponto, Arrighi descreve o significado da palavra imperialismo, o que para ele teria uma definição mais ampla, a dizer, "a extensão ou imposição do poder da autoridade ou influência de um Estado sobre outros Estados ou comunidades sem

[10] Franz Schurmann, historiador e sociólogo estadunidense, é conhecido pelas pesquisas e publicações sobre a China comunista no período da Guerra Fria bem como por suas considerações referentes à economia e ao poder mundiais.

Estados" (p.221). David Harvey[11] define o imperialismo de "Imperialismo capitalista", e sobre esse aspecto do imperialismo que Arrighi vai seguir para entender o porquê de os Estados Unidos terem desenvolvido um projeto tão destrutivo para si mesmo.

O imperialismo capitalista é, na visão de Harvey, a fusão contraditória de dois componentes: a política do Estado e do império e os processos moleculares de acumulação de capital no espaço e no tempo. A política do Estado e de império refere-se às estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas, usadas na tentativa de fazer valer seus interesses e atingir seus objetivos no mundo. Já os processos moleculares referem-se ao fluxo de poder econômico, pela prática diária de produção, trocas comerciais, fluxos de capital, fluxo de informações, entre outros.

Harvey, assim como Arrighi, também considera o Projeto Para o Novo Século Norte-Americano como uma alternativa muito arriscada para manter a hegemonia dos Estados Unidos. Caso conseguissem atingir o objetivo do projeto, consolidar sua presença da Ásia Central e, assim, dominar as jazidas de petróleo, pelo menos poderiam controlar esse petróleo pelos próximos 50 anos. Mas mesmo assim não conseguiriam a posição hegemônica. Isso se deve ao fato de que os Estados Unidos estão usando do recurso da dominação para atingir seus fins.

George W. Bush fez de tudo para demonstrar atitudes enérgicas na Guerra do Iraque em prol do bem mundial ao combater o terrorismo, mas não foi convincente em suas ações. O que se viu foi que os Estados Unidos não queriam apenas derrubar a Al-Qaeda, mas seu projeto tinha objetivos mais amplos vinculados à dominação global estadunidense, daí a menção de um novo imperialismo.

Quarta Parte: Linhagens da nova era asiática

Ao iniciar a quarta parte Arrighi cita Richard Holbrooke[12] para demonstrar que o mundo voltou sua atenção à China: "quem entender esse poderoso império, terá a chave da política do mundo pelos próximos quinhentos anos" (p.285).

O que dificulta as relações sino-americanas é o fato de que a China substitui os Estados Unidos como grande economia que mais cresce no mundo e está buscando o mesmo acesso comercial aos Estados Unidos que têm outros Estados.

Para analisar esse fenômeno, Arrighi reflete sobre os contrastes entre Zbigniew Brzezinski[13] e John Mearsheimer[14]. Os apontamentos de Mearsheimer, evidentemente mais teóricos, podem ajudar a buscar uma alternativa "quando a China tiver um produto bruto bem maior e suas forças armadas forem muito superiores às de hoje" (p.317). A teoria de Mearsheimer possui uma simples resposta para quando a China atingir tal superioridade: uma tentativa de expulsar

[11] David Harvey, geógrafo marxista, disserta sobre questões ligadas à geografia urbana, confrontando as ideias liberais com aquelas marxistas. Dentre grandes obras, podemos citar a Condição Pós-Moderna, Espaços de Esperança e O Novo Imperialismo.

[12] Richard Holbrooke foi diplomata estadunidense atuando até sua morte (dezembro de 2010) como enviado especial para o Afeganistão e Paquistão.

[13] Zbigniew Brzezinski, cientista político e estadista estadunidense de origem polonesa, serviu como Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos na presidência de Jimmy Carter (1977-1981).

[14] John Mearsheimer, professor de ciência política da Universidade de Chicago, é reconhecido teórico de Relações Internacionais pela formulação da teoria de realismo ofensivo (os Estados buscam a posição de hegemonia por questões de segurança, não se satisfazendo com uma dada quantidade de poder), trabalhada em seu livro, A Tragédia da Política das Grandes Potências. Tem manifestado posição crítica quanto à postura dos Estados Unidos frente ao crescimento chinês, considerada pelo autor como uma ameaça à segurança estadunidense.

os Estados Unidos da Ásia, gerando uma resposta estadunidense em frear a China e por fim enfraquecê-la a ponto de ele não ser mais capaz de dominar a Ásia com um comportamento quase como o que aconteceu na Guerra Fria com a União Soviética.

Já Brzezinski trabalha com a realidade política. Este autor acredita que a teoria de Mearsheimer vai precisar de uma revisão diante do caso chinês. Por um lado, as armas nucleares alteram a política do poder; por outro, as grandes potências não têm um comportamento predeterminado. O principal objetivo da discussão dessas abordagens é mostrar que não só a China como todos os Estados da Ásia Oriental vêm se caracterizando por uma dinâmica de longo prazo que contrasta intensamente com a dinâmica ocidental.

Em seguida, Arrighi destaca que não foi apenas a mão-de-obra barata que fez o mundo se voltar para investir na China, mas a elevada qualidade dessa mão-de-obra, "em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento, relacionado à expansão rápida das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva dessa reserva dentro da própria china" (p.357). Essa relação foi criada através da própria China e não do capital estrangeiro. O capital chinês que saía do país foi o facilitador entre o encontro do capital estrangeiro, as empresas chinesas e as autoridades do governo. Em decorrência desses investimentos chineses, percebe-se que foi criada uma aliança entre o Partido Comunista Chinês e as empresas chinesas ultramarinas, enfraquecendo ainda mais as relações sino-americanas.

Quando em 1990 a China começa a mostrar sua ascensão perante as potências mundiais, os capitais japonês, estadunidense e europeu voltaram-se para a China com uma intensidade muito maior do que antes. Desmistifica-se então a idéia de que a ascensão chinesa foi devido à sua adesão ao credo neoliberal, respondendo a perguntas do tipo "como a China se tornou importante" e "qual a ligação entre o antigo desenvolvimento de mercado nacional e o atual renascimento econômico".

Conclusões da obra

Arrighi acredita que, sob a liderança da China, está sendo construída uma nova ordem internacional mais favorável aos povos do hemisfério sul e, por extensão, a toda a humanidade. Mas esta civilização mundial menos desigual somente será possível se, na China, a longa tradição do desenvolvimento baseado no mercado e centrado em si mesmo, e de governo com a participação das massas, não for abandonada em favor de um desenvolvimento propriamente capitalista.

Para Arrighi, caso China não alcance este caminho, poderia transformar a China em um "epicentro de caos social e político", o que nesse caso resultaria no restabelecimento das potências mundiais do ocidente para dominar a economia mundial. O fato de Arrighi fazer previsões otimistas sobre as possibilidades de a China oferecer ao mundo uma via de desenvolvimento "não capitalista", e aos países do Sul Global uma oportunidade de se inserirem de maneira menos desigual numa nova ordem mundial, em nada diminui a relevância e a consistência da pesquisa teórica (principalmente de Adam Smith) e histórica sobre a trajetória chinesa.

As discussões teóricas sobre o desenvolvimento econômico com base em Smith de que o desenvolvimento com base no mercado na China pode não ser necessariamente capitalista, quer dizer, dominado por aquele tipo de agente econômico que busca, mesmo contra os interesses da sociedade, a acumulação interminável de capital, é de grande relevância para o entendimento das discussões colocadas por Arrighi.

É inegável que o rápido crescimento da

China vem criando problemas ambientais, mas Arrighi mostra que os novos líderes da China vêm tentando resolver tais questões ambientais: "foram criadas cidades-modelo que visam especificamente à proteção ambiental; florestas estão sendo replantadas; o plano qüinqüenal de 2006-2010 tem o objetivo ambicioso de reduzir em 20% o uso de energia na economia (...)" (p.392). Essa política ambiental chinesa precisa ser bem implantada, e caso isso não ocorra os chineses correm o risco de ver um fim prematuro do seu "milagre econômico", sendo esse um ponto que Arrighi trata em seu epílogo.

No epílogo do livro, Arrighi revela que se as tradições chinesas de desenvolvimento baseado no mercado e centrado em si mesmo, de acumulação sem desapropriação, de mobilização de recursos humanos, ao invés de não-humanos, a China então pode vir dessa forma contribuir para o surgimento de civilização que respeite de fato as diferenças culturais. Mas, caso isso não ocorra, a China pode se transformar em um novo epicentro de caos social, o que, como já dito anteriormente, ocasionaria o risco de o Norte restabelecer seu domínio global.

Referência

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. Boitempo. 2008.

Palavras chave: China, poder, Estados Unidos, economia.

A União Africana e o recente caso Líbio

Análise
África Subsariana
***Ana Cláudia Portilho*[1]**
17 de Setembro de 2011

Como a União Africana é organizada e como atua perante conflitos e divergências domésticas dos Estados africanos e o caso líbio. As semelhanças e divergências da predecessora Organização da Unidade Africana e o futuro da Instituição.

[1] Análise vinculada ao Grupo de Estudos do Atlântico Sul da PUCMINAS

A Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963, precedeu o surgimento da União Africana (UA) em 2001 e tinha como um dos principais objetivos o reforço da solidariedade entre os Estados Africanos e a coordenação de suas políticas. A incapacidade de resolver conflitos, como os da Libéria[2] e da Somália[3], fez da União Africana uma tentativa para remediar as insuficiências da primeira Organização.

Com sede em Addis Abeba, na Etiópia, o Órgão conta hoje com 54 Membros[4]. Arquitetada pelo então líder líbio Muammar Kadafi a UA foi baseada no modelo da União Européia. Seu órgão decisório principal é a Assembléia Geral de Estados onde os Membros são representados pelos Chefes de Estado que elegem um presidente anualmente. A UA contempla ainda um banco central regional, um fundo monetário africano, um Parlamento Pan-africano, além do projeto ambicioso de uma moeda única datada para 2023. Dentre os objetivos do órgão estão: promover a unidade e a paz entre os Estados; encorajar a democracia e a boa governança e promover o crescimento sustentável de seus Membros.

Diferentemente da OUA, a União Africana acredita que os conflitos devem ser resolvidos antes que prosperem. Para isso criou em 2004 o Conselho de Paz e Segurança que permite implantar forças militares em situações que incluam genocídio e crimes contra a humanidade. No entanto apesar de em seu Ato Constitutivo haver limitações significativas quanto à soberania dos Estados, a capacidade da UA de gerir e administrar conflitos estão constantemente em debate, como demonstra os recentes acontecimentos na Líbia.

Os ataques promovidos pelos Estados Unidos, França, Canadá, Itália e Reino Unido e aprovados pelo Conselho de Segurança da ONU no dia 19 de março de 2011 descrevem com clareza a insuficiência dessa organização. Uma comissão com representantes e dirigentes da União Africana tinha planejado uma reunião no país para o dia seguinte, a fim de solucionar o problema, mas a operação promovida pelos dirigentes ocidentais os impossibilitou de entrar na região. O mal-estar foi geral entre os líderes africanos. A notícia virou um artigo[5] do presidente Ugandês Yoweri Museveni e se espalhou rapidamente pelo mundo como uma crítica aberta à operação.

O presidente sul-africano Jacob Zuma, que também estava na delegação da União Africana impedida de entrar na Líbia, criticou fortemente o ocorrido, apesar de

[2] Guerra civil iniciada para derrubada do ditador Samuel Kanyon Doe.

[3] Guerra civil ainda em andamento que iniciou-se com a derrubada de Siad Barre e hoje busca a independência de algumas regiões como a Somalilândia.

[4] Com a recente entrada do Sudão do Sul.

[5] Fonte: http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-12816381

ter aprovado a intervenção na ONU. A maior reclamação destes dirigentes é que os problemas africanos devem ser resolvidos por africanos, numa clara demonstração de busca por uma soberania regional.

Com o mal-estar passado e o bombardeio continuado a União Africana voltou-se a reunir para elaborar um Plano de Paz para o problema líbio. No entanto, como tal Plano, não tirava de Kadafi seu poder efetivo, ele foi rejeitado pelos rebeldes. Apesar de ser visto como um mediador confiável para o conflito a UA "perdeu prestígio" junto aos rebeldes por ter declarado formalmente ser contra qualquer tipo de intervenção estrangeira no país, o que ficou caracterizado por este grupo como uma sentença de morte[6].

Outro agravante para o Organização é o fato de que, como dito anteriormente, além de ter sido orquestrada por Kadafi, era ele um dos maiores financiadores da União. Apesar dos 53 membros, 75% dela são mantidas pela Líbia, Egito, África do Sul, Nigéria e Argélia; enquanto que 20% do restante são mantidos por governos aliados do ditador Líbio e com dinheiro dele.

Problemas internos

A carência de credibilidade da UA, que foi criada exatamente pela falta dela na antiga OUA, parece ser o maior agravante para que esta Organização se firme como uma eficiente solucionadora de conflitos na região. Uma dependência desta dos líderes regionais, no entanto, é o que mais se vê.

Com a maioria dos seus países sendo comandados por líderes, ditatoriais ou não, mas que estão no poder por mais de uma década, isto não fica difícil de entender. Um fato que corrabora com esta visão é a objeção da Organização em acatar as decisões do Tribunal Penal Internacional de Haia. Quando a Corte indiciou o presidete sudanês Omar al Bashir por assasinato em massa[7], o Conselho de Paz e Segurança da União Africana, na época presidida por Kadafi, deu seu apoio ao líder do Sudão. A UA ignorou também a ordem de prisão emitida pelo Tribunal contra Kadafi[8], e ainda, Hosni Mubarak[9] foi deposto sem nenhum pronunciamento substantivo da mesma.

Considerações Finais

Apesar de ser conseqüência de uma insuficiência da predecessora, a União Africana hoje não se mostra capaz de supri-la. Sem uma ideologia construída e compartilhada pelos 54 membros, o Órgão fica nas mãos dos líderes presentes na região que acabam fazendo dela um corpo político interessado na salvaguarda dos seus direitos em detrimento dos direitos de suas respectivas populações.

Se a União Africana não conseguir gerir divergências políticas e civis, como poderá promover a unidade e enconrajar a boa governança para qual foi instituída? Uma Organização, apesar de constituída sobre princípios democráticos, mas que não consegue exercê-los, é uma Instituição falha.

Dessa forma se a UA possuir ainda a pretensão de se tornar aquilo tudo que um dia pretendeu deve impactar objetivamente a realidade na qual está inserida estipulando mecanismos pelos quais os Estados possam cooperar e assegurar a sua sobrevivência democraticamente.

[6] Sem interferência externa os rebeldes acreditavam que não conseguiriam derrubar o regime.

[7] O presidente é acusado de manter 2,5 milhões de refugiados em Darfur sob condições genocidas.

[8] Fonte:

http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,uniao-africana-ignora-ordem-de-prisao-contra-kadafi,739869,0.htm

[9] Ditador Egípcio que estava no poder há mais de 30 anos e acabou renunciando após 18 dias de intensos protestos no início de 2011.

Referência

JORNAL DE ANGOLA

http://jornaldeangola.sapo.ao/13/67/uniao_africana_mantem_apoio_ao_sudao_e_a_omar_el_bashir

NEW VISION

http://www.newvision.co.ug/D/8/12/749765

VOZ DA AMÉRICA

http://www.voanews.com/portuguese/news/07_04_2011_au_libya-124971109.html

THE TELEGRAPH

http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/libya/8445465/Libya-and-the-African-Union-Right-in-Principle-Wrong-in-Practice.html

PAMBAZUKA NEWS

http://www.pambazuka.org/pt/category/comment/74661

ALL AFRICA

http://allafrica.com/stories/201103280160.html

Os símbolos de uma integração: Schengen em perigo?

Análise
Europa
Vinícius Tavares
17 de Setembro de 2011

A chamada primavera árabe fez com que o fluxo de migração entre o Norte da África e a Europa aumentasse substancialmente. Em meio a esse fluxo constante, Itália e França protagonizaram um episódio que pode por em risco um dos maiores símbolos da integração europeia: sua fronteira livre. A chamada Zona de Schengen está sendo repensada e analistas afirmam que acabar com ela é matar a ideia de Europa.

Desde o início da chamada Primavera Árabe o fluxo de imigrantes que chegaram na Europa aumentou consideravelmente. Pessoas fugindo das turbulências do norte da África e do Magreb, ou aproveitando uma oportunidade para ir para o velho continente, entraram na Europa pela Itália. O país, por sua vez, emitiu vistos temporários para estes refugiados, alegando que a Itália sozinha não teria condições de sustentar esses refugiados. Este visto garantiria a livre circulação destas pessoas por toda a Zona de Schengen[1]. Contudo, países como França, Dinamarca e Finlândia se opuseram fortemente a aceitar estes refugiados árabes, o que acendeu um debate que se prolonga até hoje na Europa: Schengen deve ser mantida? Se sim, em quais termos? Seria preciso retomar os controles de fronteiras na Europa?[2]

Essas dúvidas colocam em xeque a integração regional europeia e ameaçam um dos maiores símbolos da mesma. Analistas acreditam que essa retomada do controle de fronteiras seria uma medida insuficiente para sanar as deficiências do controle (ou não controle) de fronteiras da Europa.[3]

O fluxo incomum de refugiados fez despertar, ou renovar, também, um sentimento de xenofobia entre uma parcela dos europeus. Uma explicação à negação francesa em receber os refugiados e o apelo italiano em "dividir o fardo" seria o momento político que toma conta no continente: as eleições francesas e italianas que se aproximam. Somando-se a isso o fato de que os líderes dos dois países veem sua popularidade em declínio, uma atitude que agradaria os eleitores xenófobos seria uma saída para reconquistar a sua popularidade.

A adoção da Zona de Schengen

A ideia de uma Europa sem fronteiras vem desde 1960, quando os fundadores do bloco afirmaram a necessidade de se criar

[1] Zona de livre circulação que abrange países da Europa. Foi concebida em 1985 e posta em prática em 1995.

[2] PressEurop: http://www.presseurop.eu/pt/content/news-brief/604851-migrantes-e-schengen-derrotados-no-duelo-franca-italia

[3] PressEurop: http://www.presseurop.eu/pt/content/article/648531-desistir-de-schengen-e-matar-ideia-da-europa

uma área onde os cidadãos dos países membros da antiga Comunidade Europeia poderiam circular livremente pelos países do bloco. Contudo, o primeiro acordo de Schengen foi assinado apenas em 1985, entre Alemanha, França e Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo).

A partir de então os membros da União Europeia começaram a aderir ao tratado ano após ano. Com o Tratado de Lisboa, assinado em 2007, a livre circulação ficou ainda mais evidente. Agora, a política europeia deveria caminhar para uma política de concessão de vistos comum, reforçando a noção de um "espaço de liberdade, segurança e justiça", que vai além da cooperação policial e judiciária.

Atualmente, o acordo conta com 25[4] países, mas apenas 15[5] participam da política de concessão de vistos comuns.

Os dilemas da Zona de Schengen e o repensar da livre circulação de pessoas

Desde sua constituição, um dos maiores problemas da Zona de Schengen tem sido o controle de fronteiras para fora da União Europeia, mais especificamente aqueles países que são parte do acordo, mas não mantém um controle rígido, ou aceitável, das pessoas que entram em seu país.

O maior temor da Europa concentra-se principalmente nos países do Leste, onde existe um fraco controle de fronteiras, o que faz com que vários criminosos e até terroristas tenham acesso à Europa Ocidental. A empresa que controla as fronteiras do bloco, Frontex, não consegue, sozinha, fazer um bom trabalho e por isso quando um país não consegue fornecer a ajuda necessária, as barreiras não são eficazes.

Esses países afirmam que precisam de mais financiamentos (que seriam providos pela União Europeia e, em consequência, por aqueles países que tem uma economia mais pujante) para manter um controle adequado de suas fronteiras, mas essa questão não se resolveu ainda.

Paralelamente à essa questão, em um cenário em que os controles de fronteiras fossem retomados completamente, algumas questões deveriam ser observadas. Como escreve o jornal Dilema Veche[6] de Bucareste: os cidadãos perderiam tempo em alfândegas, os guardas de fronteira voltariam a ser esmagados pela carga de trabalho e voltariam às greves pela simplificação dos controles; os orçamentos públicos seriam inflacionados pelos custos de pessoal e infraestruturas fronteiriças e os custos adicionais seriam pagos pelo cidadão, que pagaria mais impostos e compraria os produtos mais caros.

O novo acordo

Após reuniões bilaterais e entre os membros do bloco que perpassaram por quase seis meses, ficou decidido que o direito à livre circulação somente seria revogado em casos de extrema urgência. Contudo, não ficou acordado que casos seriam estes, o que praticamente poderia ser tudo, dependendo da prioridade que algum país daria a uma questão.

Considerações finais

[4] Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Alemanha, França, Itália, Espanha, Portugal, Grécia, Áustria, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia, Suíça, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Eslováquia, Eslovênia.

[5] Áustria, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia e Países Baixos

[6] Dilema Veche : http://www.presseurop.eu/pt/content/article/648531-desistir-de-schengen-e-matar-ideia-da-europa

"Tudo começou em Roma, com o tratado fundador de 1957, que garantia as quatro liberdades europeias: livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas. E é em Roma que se começa a desmanchar o trabalho comum de duas gerações de europeus", escreve o jornal La Tribune da França.[7]

As perdas de uma retomada do controle de fronteira que foram expostas nas sessões anteriores são graves, mas nenhuma seria comparável a abdicação de um dos princípios básicos e fundadores da União Europeia: a livre circulação em si mesma. A Zona de Schengen deu aos europeus algo que poderia ser chamado de sentimento de pertencimento a um território único.

Conforme afirma o jornal Dilema Veche[8] de Bucareste "ao reintroduzir os controles de fronteira, é provável que se assista a uma 'tribalização' dos povos europeus: os vizinhos tornar-se-iam novamente 'estrangeiros', mais estrangeiros do que há 20 anos."

A Europa está afundada em crises. Crises econômicas e políticas que a todo momento ameaçam a existência da ideia de União Europeia. Até o momento não foram encontradas soluções que primassem pela manutenção e aprimoramento da instituição criada há mais de meio século. Além disso, a própria instituição não consegue impor suas vontades e negociar com os países, o que demonstra a seriedade da questão.

As eleições que se aproximam serão determinantes para o futuro do bloco e uma desintegração não está completamente descartada. Aparentemente a queda de popularidade dos líderes europeus vai ecoar nos pilares da própria ideia de uma Europa unida e estável.

[7] La Tribune: http://www.latribune.fr/accueil/a-la-une.html

[8] Dilema Veche : http://www.presseurop.eu/pt/content/article/648531-desistir-de-schengen-e-matar-ideia-da-europa

Referência

PressEurop

http://www.presseurop.eu/pt/content/article/648531-desistir-de-schengen-e-matar-ideia-da-europa

http://www.presseurop.eu/pt/content/article/623741-reformar-schengen-um-gesto-insuficiente

http://www.presseurop.eu/pt/content/article/618341-tentacao-da-retirada

http://www.presseurop.eu/pt/content/news-brief/604851-migrantes-e-schengen-derrotados-no-duelo-franca-italia

http://www.presseurop.eu/pt/content/news-brief-cover/733701-schengen-barroso-apela-ordem

http://www.presseurop.eu/pt/content/article/650811-suspender-schengen-uma-decisao-que-provoca-debate

http://www.presseurop.eu/pt/content/article/235491-verdadeira-europa-e-schengen

Palavras chave: Europa, União Europeia, Migração, Zona de Schengen, Demografia, Xenofobia.

ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais:
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais:
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral:
Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico:
Prof. Danny Zahreddine
Prof. Jorge Mascarenhas Lasmar
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros:; Daniel Teixeira da Costa Souza; Déborah Silva do Monte; Gustavo dos Santos de Miranda; Márcia de Paiva Fernandes; Mariana Balau Silveira; Paulo Henrique Ayusso; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Raysa Kie Takahasi; Ricardo Bezerra Requião.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email: ci@pucminas.br website: http://www.pucminas.br/conjuntura